

PLUTARCO E O USO DAS FONTES NAS BIOGRAFIAS ESPARTANAS

*Maria Aparecida de Oliveira Silval**

Resumo

O objetivo deste artigo é não só demonstrar que Plutarco desenvolveu um trabalho de historiador na coleta, seleção e registro das informações reunidas, mas também observar como Plutarco pensou a história de Esparta por meio da composição das biografias de espartanos ilustres, a saber: Licurgo, Lisandro, Agesilau, Ágis IV e Cleômenes. Nesse sentido, identificamos quais as fontes utilizadas por Plutarco nas biografias espartanas, bem como o modo como ele avaliou a credibilidade dos testemunhos colhidos.

Palavras-chave: Plutarco; Esparta; biografia, historiografia antiga.

Por se tratar de uma história de vida, a narrativa de Plutarco seguiu o modelo biográfico, descrevendo o nascimento, a vida e a morte de seus personagens. Os detalhes sobre o nascimento são narrados na forma de uma genealogia, ou seja, pela origem social do biografado. Como notou Mossé (1999, p. 39), desde a formação da pólis, a linhagem determinada pelo nascimento era essencial para a inserção do indivíduo na vida política da cidade. Dessa maneira, nos primeiros capítulos de suas biografias, Plutarco traça o perfil do personagem, observando sua procedência familiar.

* Mestre em História Econômica pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Após apresentar a origem do biografado, Plutarco reconstituiu suas ações políticas, descrevendo suas relações com as sociedades locais e estrangeiras. As mortes dos personagens espartanos foram narradas como se se tratassem de acontecimentos políticos, pois as circunstâncias em que ocorreram representavam um retrato histórico da sociedade. É nessa construção que aparece o que denominamos conteúdo propriamente histórico das biografias plutarqueanas, pois os acontecimentos da vida privada permanecem em segundo plano dentro da narrativa.

Sobre a morte dos personagens e os acontecimentos subsequentes, em nenhuma das biografias espartanas Plutarco descreveu os detalhes de rituais funerários, mas elaborou reflexões sobre as circunstâncias do óbito, registrando seus efeitos na sociedade. Assim, analisou os últimos dias de seus personagens, tendo como pano de fundo a sociedade, pois a morte dos biografados estava relacionada às suas atuações nos planos social e político.

Na interpretação da vida de Licurgo, Plutarco notou que o legislador ocupou o trono de Esparta, apesar de seu sobrinho Carilau lhe tomar o lugar por questões sucessórias: “Morrendo também Polidectes, em pouco tempo, muitos queriam Licurgo reinando e, antes da mulher de seu irmão parir, ele foi rei.” (*Licurgo*, III,1).¹

Após a transmissão do trono, Licurgo viajou em busca de conhecimentos para a elaboração de suas leis:

Este primeiro em direção à Creta partiu. E lá sua constituição analisou e com os primeiros dos homens conversou e perguntou suas opiniões [...] Licurgo navegou de Creta para a Ásia, querendo, como se diz, o modo de vida simples e austera dos cretenses comparar com o luxo e a molície da Iônia [...] Também os egípcios afirmam que Licurgo esteve com eles [...] Aristócrates de Esparta [...] disse que Licurgo teria ido à Líbia e a Ibéria, quando fez uma viagem à Índia. (*Licurgo*, IV, p. 1-6)

Nesse ínterim, os lacedemônios, descontentes com o reinado de Carilau, clamavam pela volta de Licurgo, que, atendendo aos apelos do povo, retornou. Em seguida, instituiu as *rhetras* ou preceitos, criou a categoria política dos gerontes, promoveu a divisão da terra entre os cidadãos, retirou as moedas de ouro e prata de circulação, inseriu o hábito da *sysitia* ou refeição comum e, por fim, introduziu as leis na

educação dos cidadãos. Finda a tarefa de organizar o sistema social espartano, Licurgo afastou-se da cidade e partiu para Delfos, onde terminou os seus dias, após longo período de abstinência alimentar. Segundo Plutarco, a morte de Licurgo ocorreu em virtude de sua vontade de que as leis vigessem por séculos na sociedade espartana. É provável que Plutarco tenha se inspirado na vida de Sócrates para entender como verdadeira a possibilidade de que Licurgo morrera para a manutenção das leis.

Em alguns episódios, a vida de Licurgo narrada por Plutarco difere das interpretações de fontes conhecidas em nosso tempo. Para Heródoto, as leis tornaram-se melhores a partir de Licurgo; porém, este não havia sido rei como narrado por Plutarco, mas tutor do rei Leobotes. Heródoto também registrou que o legislador criou a categoria política dos éforos.

Com efeito, durante o reinado de Lêon e Hegesicles em Esparta os lacedemônios foram vitoriosos em suas outras guerras [...] antes disso, seu governo era o pior de praticamente toda a Hélade, sendo más as relações entre os próprios lacedemônios e os alienígenas. Naquela ocasião eles mudaram suas leis para melhor [...] segundo dizem os próprios lacedemônios, Licurgo trouxe de Creta essas modificações quando se tornou tutor de Leobotes, seu sobrinho, rei de Esparta [...] ele se ocupou especialmente das normas relacionadas com a guerra [...] e além disso dos éforos e do Conselho dos Anciões. (*História*, I, p. 65)

No entanto, Plutarco concorda com a narrativa de Platão nas *Leis*, segundo a qual os éforos foram nomeados pelo rei Teopompo.

Teopompo, observando o governo ainda corroído e irritado, o enfreiou, como poder-se-ia dizer, mediante o poder dos éforos, o que o aproximou do poder atribuído por sorteio. Assim, em vosso caso, de acordo com esse relato, em função da mistura dos elementos corretos e da devida medida, a realeza não apenas sobreviveu como também assegurou a sobrevivência. (*As Leis*, III, p. 692a)

Plutarco complementa o relato platônico com a informação de que o fato ocorrera cento e trinta anos após as leis licúrgicas:

Embora Licurgo tenha dividido o poder em seu governo, seus sucessores viram que a oligarquia não estava com seu poder dividido, mas que ainda estava cheia de seiva e frescor como diz Platão, esta necessitava da rédea do poder dos éforos. (*Licurgo*, VII, p. 1)

A despeito das diferenças, o fato reconhecido amplamente pelas fontes antigas é o de que Licurgo instituiu leis transformadoras da ordem social, como Platão relatou na *República*, ao ironizar a experiência administrativa de Homero: “Meu caro Homero [...] diz-nos que cidade foi, graças a ti, melhor administrada, como sucedeu, com a Lacedemônia, graças a Licurgo, e com muitas outras cidades, grandes e pequenas, devido a muitos outros?” (*República*, 599 d-e). Comparar o relato plutarqueano aos demais em busca de verdades demonstra-se aporético, como pode ser visto na iniciativa de Flacelière em confrontar os registros de Plutarco com os de seus antecessores.

Do paralelo entre a visão plutarqueana de Licurgo e a interpretação das fontes citadas em sua obra resultaram duas correntes de pensamento. Na primeira, a instituição das leis licúrgicas no sistema social espartano teve como consequência o equilíbrio cidadão. Além de Plutarco, há a versão de Heródoto que viu em Licurgo o responsável pela boa ordem social (*História*, 1985, p. 65). A imagem do legislador eficiente reafirmou-se em Xenofonte (*Constituição dos Lacedemônios*, p. 2) e ainda pode ser observada em Estrabão (*Geografia*, p. 5).

Na segunda corrente, as leis licúrgicas foram consideradas insuficientes para atender às necessidades cidadinas. Para Aristóteles, Licurgo equivocou-se na educação das mulheres, na distribuição da propriedade, no controle da natalidade, na instituição dos éforos e na cobrança de impostos. Após a crítica aristotélica, Políbio concluiu que as leis foram bem elaboradas, mas constatou que eram circunscritas à política interna, sem ter pensado na política externa. De acordo com Políbio, as leis licúrgicas não preparavam a cidade para a conquista de novas terras, ou seja, Licurgo pensou apenas na manutenção do território.

Percebe-se nos relatos desses autores que Licurgo não foi analisado como um personagem mítico, mas histórico; portanto, a abordagem histórica de Plutarco apenas reafirmou a tradição historiográfica grega. Como observou Hamilton, Plutarco utilizou escritos de historiadores para

escrever a vida de Licurgo, o que caracteriza seu conteúdo como histórico. Dessa forma, concluímos que, para a escrita das biografias, Plutarco realizou um profundo trabalho de coleta e seleção das informações, apesar de apresentar versões de fatos discordantes de outros contidos nas próprias fontes antigas.

Na interpretação plutarqueana da vida de Lisandro, este descendia de Heracles, não pertencia ao ramo nobre da família e foi educado conforme as leis licúrgicas. Em sua atuação política durante a guerra do Peloponeso, Lisandro foi nomeado comandante das naus, tornou-se aliado de Ciro e, com o auxílio financeiro do rei, conseguiu derrotar Atenas. As conquistas do navarca fortaleceram seu poder político, garantindo-lhe influência para tornar Agesilau o rei de Esparta.

O fim de Lisandro ocorreu na região da Beócia quando os tebanos, em defesa de seu território, atacaram sua tropa. A morte do navarca deu-se em circunstâncias desfavoráveis aos espartanos, em virtude de Lisandro haver declarado guerra aos tebanos quando Agesilau estava em campanha na Ásia. O resultado de sua imprudência foi a derrota militar e o seu sepultamento ao lado estrangeiros, fora de sua terra natal.

Várias passagens na biografia do navarca assemelham-se às registradas por Xenofonte, Cornélio Nepos e Diodoro de Sicília; todavia, de posse dessas informações, Plutarco reinterpretou os fatos, escrevendo uma nova versão dos acontecimentos apoiado em registros desconhecidos. Portanto, há independência na interpretação desses escritos e na abordagem plutarqueana. Por exemplo, para explicar o poder ilimitado delegado a Lisandro, Xenofonte afirma que isso ocorreu devido ao fato de Lisandro ter sido nomeado *presbeutés* ou embaixador, ao lado de dez cidadãos dotados de poderes ilimitados, na ocasião do cerco ao Pireu durante a guerra do Peloponeso:

Teramenes foi enviado até Lisandro, com ele passado três meses, esperando o momento em que os atenienses iam entregar-se por necessidade de trigo. No quarto mês, regressou e informou à Assembléia que Lisandro estava retido devido à falta de poder para decidir, sendo obrigado a perguntar aos éforos o que deveria ser feito e para isso o enviou. Logo os espartanos concederam a Lisandro plenos poderes e o título de embaixador ao lado de mais dez cidadãos. (*Helênicas*, II, 2, p. 16-17)

Ao passo que, na interpretação de Plutarco, os espartanos, após a derrota espartana na batalha naval de Arginusas, concederam plenos poderes apenas a Lisandro:

Os aliados enviaram um embaixador a Esparta, dizendo a Lisandro que as frotas seriam mais vigorosas se estivessem sob o comando dele. Também Ciro enviou a mesma solicitação. Contudo, havia uma lei entre os lacedemônios que proibia a eleição de um navarca duas vezes consecutivas, mas, como queriam agradar aos aliados, deram o título de navarca a Áraco e mandaram Lisandro ir ao encontro deles com uma carta explicativa sobre a razão dessa escolha, nomeando Lisandro como o chefe supremo da empresa. (*Lisandro*, VII, p. 1-2)

O elemento comum nessas narrativas é o fato de os espartanos, em algum momento da guerra do Peloponeso, terem garantido autonomia às ações políticas de Lisandro. Apesar das contradições entre os relatos, é possível identificar a questão principal do fato, pois o que há a partir dele são as interpretações dos autores.

Já na vida de Agesilau, Plutarco (*Vida de Agesilau*, v. I, p. 1) narrou que o rei era de origem nobre, porém, sem direito à sucessão de Ágis. Em virtude disso, ele foi excluído da educação destinada aos reis e recebeu os ensinamentos ministrados aos cidadãos comuns. Com o auxílio de Lisandro, Agesilau tornou-se rei de Esparta e desde então empreendeu campanhas contra as cidades vizinhas, incluindo as asiáticas.² Para Plutarco, o excesso de guerras enfraqueceu o exército, possibilitando a inédita invasão tebana em Esparta. Após vários fracassos, Agesilau ofereceu-se como general ao comandante egípcio Tacos, morrendo em batalha na região da Líbia.

Como Lisandro, Plutarco observou que Agesilau precipitou seu fim em batalhas infrutíferas, abandonando a cidade em completa desordem, sem conhecer a morte voluntária ou natural, próprias aos períodos de paz. Dos registros citados por Plutarco durante a escrita da biografia de Agesilau, conhecemos os de Xenofonte, Cornélio Nepos e Diodoro da Sicília. Confrontando a interpretação plutarqueana com as informações desses autores, verificamos que, de um lado, nota-se que há trechos idênticos; de outro lado, percebemos que a abordagem de Plutarco diferencia-se claramente das demais. É interessante salientar que,

novamente, Plutarco reinterpreto os fatos registrados por suas fontes, sem, contudo, comprometer o conteúdo histórico.

A autonomia da narrativa plutarqueana aparece, por exemplo, quando Xenofonte, a fonte mais citada na vida de Agesilau, é criticado por Plutarco. Dada a impossibilidade de verificar a verdade dos fatos narrados por ele, Plutarco selecionou informações, ciente de que na versão xenofonteana havia as limitações decorrentes da ausência de crítica dos acontecimentos, afirmando que Xenofonte escreveu indiscriminadamente sobre as qualidades de Agesilau:

Nas estratégias e nas guerras, os troféus de Pompeu foram muitos e inúmeras as batalhas vencidas, que nem mesmo Xenofonte, eu penso, o compararia com as vitórias de Agesilau, embora Xenofonte tenha escrito o que bem desejasse sobre o homem. (*Comparação de Agesilau e Pompeu*, III, p. 1)

Nesse trecho, Plutarco pretendeu tornar claro ao leitor que, apesar de ter recolhido informações do encômio de Xenofonte, ao interpretá-las, analisou criticamente as suas considerações.

Para Xenofonte, a escolha de Agesilau deu-se pela vontade dos cidadãos, sem referências a Lisandro. Comparemos, então, algumas passagens:

Há os seguintes testemunhos de que Agesilau era digno do trono antes de ascender ao poder. Após a morte do rei Ágis, disputaram a coroa, Leotíquidas, que era filho de Ágis, e Agesilau por ser o de Arquidamo, mas como a cidade preferiu Agesilau e o considerou, por sua linhagem e virtude, digno de ser rei. (*Agesilau*, I, p. 5)

Xenofonte também relatou que, devido ao talento guerreiro de Agesilau, este se tornou chefe militar do exército de gregos e de bárbaros:

Os bárbaros enviaram embaixadores de todos os povos à Esparta para que realizassem alianças e muitos foram até ele em busca da liberdade. Dessa forma, Agesilau tornou-se o chefe supremo não apenas dos gregos como de muitos bárbaros. (*Agesilau*, X, p. 4)

Para o autor, Agesilau morreu sem derrotas políticas e militares:

Jamais conheceu a derrota desde o dia em que se tornou rei, mesmo tendo atingido a mais alta idade da vida humana, morreu sem conhecer o fracasso, tanto em suas relações com os comandados quanto com os inimigos de combate. (*Agesilau*, X, p. 4)

No entanto, para Plutarco, a ascensão de Agesilau ao trono deveu-se tão-somente ao prestígio e ao poder persuasivo de Lisandro:

Após a morte de Ágis, Lisandro, que já vencera a batalha naval contra os atenienses e que era um homem de grande influência em Esparta, tentou conduzir Agesilau ao trono, persuadiu os cidadãos de que Leotíquidas era bastardo, portanto, sem direito à sucessão. (*Agesilau*, III, p. 3)

Quanto ao comando das tropas gregas, Plutarco vê na influência política de Lisandro a causa da ocupação deste no posto: “No caso de Agesilau, Lisandro o fez rei de Esparta e o comandante de todos os helenos” (*Comparação de Agesilau e Pompeu*, I, 3).

Sobre o exército asiático, segundo Plutarco, quando Agesilau percebeu que sua imagem estava desgastada em Esparta, prestou-se como general aos egípcios em troca de riquezas:

Quando ofereceu seus serviços sob o comando de Tacos, o egípcio, Agesilau perdeu mais do seu prestígio. No pensamento dos melhores homens, causava estranheza o fato de um homem outrora visto como nobre e o melhor da Hélade, ao qual os gregos consagraram seu nome em todas as regiões, servisse a um rebelde contra o Grande Rei, como um mero bárbaro, com seu corpo, seu nome e sua fama, pegando moedas para si. (*Agesilau*, XXXVI, p. 1)

Sobre a invencibilidade do rei, Plutarco narrou suas derrotas em Leuctras e Mantinéia, concluindo que, ao término dessas batalhas, Agesilau havia perdido sua hegemonia em terra e mar: “Então, sua tarefa infeliz era a de recuperar as vantagens e, no entanto, era vã após a perda de toda a cidade, pois grandiosa ela era, com suas cidades, bem como sua primazia na terra e no mar” (*Agesilau*, XXXV, 4).

Na interpretação de Plutarco, Ágis descendia de Agesilau, sendo o sexto a partir dele. Com a idade de vinte anos vivia entre as mulheres mais ricas da Lacônia, sua mãe Agesístrata e sua avó Arquidâmia. Para

Plutarco, Ágis tentou mudar as leis a fim de reinstaurar as de Licurgo, mas deparou-se com a oposição dos cidadãos mais antigos, das mulheres e de outro rei, Leônidas.

Depois de frustradas tentativas de restituir as leis licúrgicas, Ágis refugiou-se em um santuário, mas, ao ser localizado pelos éforos, foi reconduzido à cidade e executado juntamente com sua família. Com o termo dado à vida do rei e de sua família houve a eliminação dos descendentes dos primeiros basileus da casa dos Euripôntidas. A morte de Ágis, como a de Lisandro e Agesilau, foi prematura para a cidade, pois o sistema espartano continuava desorganizado e tomado pela corrupção. Além disso, o fim dado à família real e a ação direta dos éforos nesses assassinatos agravaram, sobremaneira, a situação do rei Ágis, o que redundou no total desprestígio de seu reinado.

Na biografia de Ágis, Plutarco cita apenas três fontes: Filarco, Baton de Sinope e Árato. Contudo, é preciso ponderar que dessas obras restaram apenas alguns fragmentos, dificultando a análise e a comparação entre os relatos das fontes consultadas e a escrita plutarqueana.

Ao traçar a genealogia dos reis espartanos, desde o reinado de Agesilau até o de Leônidas, na vida de Ágis, Plutarco não registrou detalhes sobre a origem de Cleômenes, em virtude de ele ser filho de Leônidas cuja genealogia é descrita na vida de Ágis. Em seu lugar, centrou-se na descrição do quadro social e familiar de Cleômenes, narrando que sua esposa Agiátis, viúva de Ágis, exerceu influência sobre as suas decisões.

Na vida pública, Cleômenes enfrentou a oposição dos éforos, que detinham poderes superiores aos do rei; a sua reação foi a de exterminá-los. Na tentativa de reverter esse quadro, promoveu reformas, como a partilha de terras entre os cidadãos e os periecos, e proclamou seu irmão o outro rei de Esparta. Realizadas as reformas, Cleômenes empreendeu sucessivas e fracassadas guerras, o que o forçou a se refugiar na corte de Ptolomeu, onde permaneceu até o fim de seus dias. O óbito de Cleômenes, tal qual o de Ágis, veio acompanhado da eliminação de sua família, ocorrendo o desaparecimento dos descendentes de uma família real, a dos Agíadas.

Na biografia de Cleômenes, além das fontes citadas na de Ágis, Plutarco refere-se a Antígono, Políbio e Sosíbio. O primeiro, contemporâneo de Ágis e Cleômenes, escreveu suas memórias, das quais, no

entanto, permaneceram apenas fragmentos. Semelhante fato ocorreu com as biografias de Sosíbio, um espartano também coetâneo dos reis, interessado em registrar a história de sua cidade. Desse modo, dos autores citados na vida de Cleômenes, conhecemos apenas o relato de Políbio.

Em algumas passagens, a narrativa polibiana difere da plutarqueana, como, por exemplo, quando Plutarco narra o episódio seguinte à derrota para Ptolomeu, no qual Cleômenes hospedou-se na corte persa a fim de conseguir auxílio financeiro:

Cleômenes navegou de Egípcia aportando na Líbia, atravessando as terras do Rei até chegar em Alexandria. Antes de seu encontro com Ptolomeu, o rei esperava alguém comum e sem moderação, mas, quando percebeu a inteligência do rei espartano [...] Ptolomeu ofertou-lhe presentes, concedendo-lhe honras e glórias, também prometendo o auxílio de tropas e provimentos, o que mantinha em Cleômenes as esperanças de retornar à Grécia e de recuperar a realeza. (*Cleômenes*, XXXII, p. 1)

Ainda na interpretação de Plutarco, Cleômenes, após uma tentativa malsucedida de levante do espartano contra seus anfitriões, permaneceu na corte egípcia até cometer suicídio:

Parece que muitos elogiavam e admiravam a ousadia de Cleômenes, no entanto, ninguém teve a coragem de socorrê-lo [...] e, vagando ao longo da pólis, a experiência de Cleômenes antecipou-o a dizer belamente aos vizinhos a ele que lutassem ao seu lado, mas estes se apresentavam assustados e fugindo [...] então, incitou a todos os seus companheiros a ocuparem-se com uma morte digna deles. O primeiro foi Hípias que por um dos jovens deixou-se golpear e em seguida, com tranqüilidade, mataram-se um ao outro bravamente. (*Cleômenes*, XXXVII, p. 1-7)

Já para Políbio, Cleômenes teria fugido de Esparta:

Não é muito mais fácil adquirir e ler os quarenta livros desta obra, todos concatenados por um fio condutor único, e assim seguir os eventos na Itália, na Sicília e na Líbia desde a época de Pirros até a captura de Cartago, e o das outras partes do mundo desde a fuga de Cleômenes de Esparta até a batalha entre os romanos e os aqueus no Istmo, todos expostos com clareza. (*História*, III, p. 32)

Como consequência de sua fuga, os espartanos promoveram o afastamento de Cleômenes do trono, estando satisfeitos com a ausência do rei beligerante:

De fato, desde a queda do rei Cleômenes de Esparta todos os peloponésios, desgastados como estavam pelas guerras anteriores e confiantes na continuidade dos dias tranquilos que viviam na época, não deram atenção alguma aos preparativos de guerra. (*História*, IV, p. 7)

E, desde então, os espartanos haveriam abandonado a tradição monárquica, retomando-a três anos depois da queda de Cleômenes, na ocasião de sua morte. Tal fato, Políbio assim narrou:

Independentemente de outras considerações, naquela ocasião esses homens, durante os três anos decorridos sob sua antiga constituição desde a deposição de Cleômenes, nunca haviam pensado em designar novos reis para Esparta, mas, no momento em que lhes chegou a notícia da morte de Cleômenes, eles passaram imediatamente a incitar o povo e os éforos a restaurar o poder real. (*História*, IV, p. 35)

Da oposição das narrativas depreende-se que o rei ausentou-se da cidade por um longo período, vindo a falecer fora de seu território; porém as explicações para esse fato são contraditórias.

Independentemente de sua escolha por uma ou outra versão, mais ou menos verdadeira, o que nos interessa ressaltar é que Plutarco analisou a influência de diferentes categorias sociais sobre as decisões políticas de seu biografado, sem distinguir a vida dele da história da cidade. Em suas biografias não há interesse pelo burlesco ou pelo trágico. Como concluiu Aalders (1982, p. 8), ao contrário, o foco é a participação de seu biografado nas decisões políticas da cidade e nas questões externas. No entanto, dada a introdução da ética na teoria política dos antigos, o conteúdo histórico-político das biografias foi interpretado pelos estudiosos modernos como sendo de cunho moralista, desconsiderando a sua natureza política.

O emprego das fontes não se restringiu à coleta de informações. Plutarco retirou delas reflexões e anedotas que foram incorporadas à narrativa. Trata-se, em sua maioria, de pensamentos de filósofos e poetas

que foram utilizados para embasar as considerações sobre algum acontecimento. Salientamos uma notável preferência pelas palavras de Homero, Eurípides e Platão. Contudo, as anedotas, que são vistas por grande parte dos estudiosos como invenções, aparecem no texto como explicações de sua interpretação, servindo como parte de um argumento, como já observou Momigliano (1993, p. 68).

Parte significativa das reflexões e anedotas pertence a autores gregos dos períodos arcaico e clássico; dessa maneira entende-se que a formação cognitiva de Plutarco era oriunda de um modo grego de ver o mundo. Entretanto, sua identificação com o pensamento grego não o impedia de avaliar criticamente a produção literária helena. Como pode ser visto na vida de Agesilau, Plutarco duvidou dos acontecimentos registrados por Teopompo sobre a retirada de Agesilau do território tebano:

Este relato não parece ser verdadeiro, pois outros não o registraram, apenas Teopompo conhecia este fato. Mas se for verdade, Agesilau colocou de lado suas paixões inerentes, o gosto pela disputa e a ambição e adotou uma política de salvação de governo. (*Agesilau*, XXXIII, p. 1)

E na biografia de Ágis, criticou Baton de Sinope pela imprecisão dos relatos:

Baton de Sinope, embora diga que Ágis recusou-se a guerrear quando Árato o impelia, parece que Baton não leu o que o próprio Árato escreveu a respeito. Para proteger-se, deixou que os inimigos passassem pelo território, sem que prejudicasse toda a colheita dos agricultores. (*Ágis*, XV, p. 2)

O uso das fontes nas comparações entre os espartanos e os romanos diferencia-se do método empregado na composição das biografias; nelas é perceptível a liberdade de pensamento de Plutarco. A sua intenção nas comparações não era outra senão a de traçar um paralelo histórico entre seus personagens. A análise do caráter, como vimos, era inerente ao processo de avaliação do homem público. Por causa das semelhanças históricas dos momentos em que viveram os biografados, Plutarco comparou as ações e a conduta deles diante dos fatos ocorridos durante o curso de suas vidas.

Portanto, esses paralelos tratavam de indivíduos diferentes, que em épocas e locais distintos vivenciaram momentos históricos semelhantes. Por esse motivo, Plutarco comparou a vida de Licurgo com a de Numa, tendo em vista que ambos criaram leis que alteraram a organização social de suas cidades. Comparou, ainda, a época de incessantes batalhas espartanas à crise social romana, motivo pelo qual analisou os pares Lisandro-Sila e Agesilau-Pompeu. Já os efeitos dessas guerras refletiram-se na escassez de terra e na degradação dos costumes demonstrados nas comparações de Ágis-Cleômenes com os irmãos Graco.

Assim, na composição das biografias espartanas, Plutarco mostra-se nos procedendo como historiador, ao privilegiar as ações públicas de seus personagens. Ao tornar claro o trabalho de pesquisa e crítica das fontes, apresentando as incoerências das interpretações que encontra. Igualmente, ao reinterpretar esses fatos utilizando novas fontes, constrói um novo ponto de vista. E finalmente, ao comparar eventos históricos semelhantes em épocas diferentes, avalia as ações de seus personagens, bem como as conseqüências para a cidade que lhes confiou poderes.

Em suma, a velocidade das Moiras³ em fiar, enrolar e cortar o fio da vida impede o historiador de acompanhar o desenrolar das tramas históricas. Essa limitação natural resulta na dependência do olhar do outro para a compreensão dos fatos. Embora treinado para a escrita da História, a relação de alteridade necessária para sua investigação produz a fusão entre olhares. Em virtude disso, nós, como os antigos, investigamos e analisamos os fatos com racionalidade e os aproximamos da verdade. Dessa maneira, demonstraram-se improdutivas as análises da forma ou do estilo, bem como as comparações das informações de Plutarco com as demais fontes. Devido à impossibilidade de atingir a verdade absoluta dos fatos (Schaff, 1974, p. 271), as informações contidas nas biografias não reconstituem a verdade deles, mas representam uma explicação possível para eles.

Abstract

The aim of this work is to demonstrate how Plutarch has developed a role of historian when he collected, selected and registered data. Also, to point out how he thought the Spartan history through the biographies of

illustrious Spartans i. e. Lycurgus, Lysander, Agesilaus, Agis IV and Cleomenes. In that sense could be identified the sources used by Plutarch in the Spartan biographies as well as the manner Plutarch evaluated the credibility of evidences collected.

Key words: Plutarch, Sparta, biography, ancient historiography.

Notas

1. As traduções das passagens retiradas das biografias plutarqueanas, bem como as de Xenofonte, são de responsabilidade da autora.
2. A vida política de Agesilau, no entender de Plutarco, quase esteve restrita às guerras.
3. No *Dicionário de Mitologia Grega e Romana* escrito por Pierre Grimal e traduzido para o português por Victor Jabouille, editado pela Bertrand Brasil em 1993, as Moiras são “a personificação do destino de cada ser humano, do quinhão que lhe cabe neste mundo [...] São três irmãs, Átropo, Cloto e Láquesis, que para cada um dos mortais, regulavam a duração da vida desde o nascimento até à morte, com a ajuda de um fio que a primeira fiava, a segunda enrolava e a terceira cortava, quando a vida correspondente acabava”.

Referências

AALDERS, G. J. D. *Plutarch's political thought*. Amsterdam, Oxford, New York: North Holland, 1982.

GRIMAL, P. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Tradução de Mario da Gama Kury. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HERODOTO. *História*. Tradução de Mario da Gama Kury. Brasília: Unb, 1988.

MARROU, H-I. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio Janeiro: Zahar, 1978.

MOMIGLIANO, A. *The development of Greek biography*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

MOSSÉ, C. *O cidadão na Grécia antiga*. Lisboa: Edições 70, 1999.

PLATÃO. *As leis*. Tradução de Edson Bini. Bauru: Edipro, 1999.

_____. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

PLUTARCH. *Lives*. Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge: Willian Heinemann & Harvard University Press, 1988.

POLÍBIOS. *História*. Tradução de Mario da Gama Kury. Brasília: Ed. Unb, 1985.

SCHAFF, A. *História e verdade*. Lisboa: Estampa, 1974.